

SÃO FÉLIX DO XINGU-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU -
PARÁ

Técnico em Enfermagem

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

CÓD: SL-005JN-25
7908433268956

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal	9
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	14
3. Estrutura textual: progressão temática.....	23
4. Parágrafo.....	23
5. Frase, oração, período, enunciado.....	24
6. Pontuação	27
7. Coesão e coerência	29
8. Variedade linguística	30
9. Formalidade e informalidade, formas de tratamento. Propriedade lexical, adequação comunicativa	31
10. Norma culta: ortografia	34
11. Acentuação	37
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	38
13. Pontuação	38
14. Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	39
15. Classes de palavras	40
16. Regência.....	49
17. Concordância nominal e verbal	51
18. Flexão verbal e nominal	52
19. Sintaxe de colocação.....	54
20. Produção textual.....	55
21. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	57
22. Emprego de tempos e modos dos verbos em português	57
23. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica	58
24. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	59
25. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.....	59
26. Transitividade e regência de nomes e verbos	59
27. Padrões gerais de colocação pronominal no português	59
28. Estilística: figuras de linguagem	59
29. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	62
30. Norma culta	65

Noções De Direito Administrativo E Constitucional

1. A administração pública: princípios da administração pública	77
2. Poderes administrativos.....	81
3. Atos administrativos	88
4. Licitações e contratos administrativos.....	99
5. Serviços públicos.....	126
6. Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; cargo, emprego e função pública	138
7. Órgãos públicos.....	176
8. Improbidade administrativa.....	181
9. Processo administrativo.....	189
10. Constituição da república federativa do brasil: dos princípios fundamentais – arts. 1º ao 4º; dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º; dos direitos sociais – arts. 6º ao 11º; da nacionalidade – arts. 12º e 13º; dos direitos políticos – arts. 14º ao 16º; da organização político-administrativa – arts. 18º e 19º; dos municípios – arts. 29º ao 31º; da administração pública – arts. 37º ao 41º	193

Noções de Informática

1. Noções de sistema operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	219
2. Arquitetura de computadores	222
3. Sistemas operacionais modernos (ubuntu linux e windows 11).....	225
4. Procedimentos de backup e recuperação contra desastres	234
5. Aplicativos para escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (microsoft office e google workspace).....	235
6. Rede de computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de internet e intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome).....	278
7. Grupos de discussão	283
8. Redes sociais.....	285
9. Correio eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (e-mail do windows, mozilla thunderbird e similares)	287
10. Soluções de comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (whatsapp, telegram, skype, discord, etc.).....	292
11. Computação em nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (iaas, paas, saas), modelos de implementação, serviços e provedoras (google, amazon, microsoft, etc.).....	293
12. Segurança da informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), Aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.)	295

Matemática

1. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros e racionais. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.....	303
2. Noções de lógica.....	311
3. Resolução de problemas.....	316
4. Regra de três simples.....	319
5. Porcentagem.....	319
6. Geometria básica.....	321
7. Sistema monetário brasileiro.....	326
8. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo.....	328
9. Fundamentos de estatística.....	332
10. Raciocínio lógico.....	333

Conhecimentos sobre o Município

1. História de são felix do xingu; emancipação e fundação da cidade.....	339
2. Aspectos geográficos e municípios circunvizinhos.....	340
3. Promulgação da lei orgânica da cidade.....	342
4. Administração municipal.....	342
5. Datas significativas e comemorativas do município.....	343
6. Fatores econômicos da cidade.....	344
7. Demais aspectos gerais a respeito do município de são felix do xingu.....	344

Conhecimentos Específicos Técnico em Enfermagem

1. Admissão, transferência, alta, óbito.....	347
2. Centro cirúrgico, central de material e esterilização.....	350
3. Prevenção e controle de infecção hospitalar.....	365
4. Assepsia da unidade e do paciente; medidas de conforto; higiene corporal.....	372
5. Assistência de enfermagem aos pacientes graves e agonizantes e preparo do corpo após a morte.....	378
6. Assistência de enfermagem em urgência e emergências: poli traumatismo, procedimentos em parada cardiorrespiratória, estado de choque, acidente vascular encefálico, estado de coma, infarto agudo do miocárdio e angina no peito, edema agudo no pulmão, crise hipertensiva, queimaduras, hemorragia digestiva, intoxicação exógena.....	382
7. Enfermagem médico-cirúrgica: sinais e sintomas; cuidados gerais no pré e pós-operatório.....	388
8. Fundamentos de enfermagem.....	404
9. Lei do exercício profissional.....	406
10. Ética profissional.....	412
11. Noções de farmacologia.....	420
12. Assistência de enfermagem ao exame físico.....	426
13. Enfermagem nos exames complementares.....	441

ÍNDICE

14. Prontuário médico, anotações e registros	446
15. Sinais vitais; pressão arterial.....	447
16. Medidas terapêuticas	461
17. Tratamento por via respiratória	463
18. Noções de primeiros socorros	468
19. Tratamento e assistência em: clínica médica.....	487
20. Doenças transmissíveis	489
21. Humanização da assistência	496
22. Ira: diagnóstico, caracterização, procedimento, classificação.....	497
23. Assistência materno infantil; assistência clínica e obstétrica; assistência de enfermagem à mulher: prevenção e detecção precoce do câncer ginecológico (colo de útero e mama), acompanhamento à gestante, consulta de pré-natal - acompanhamento à mulher no puerpério (normal ou patológico) e no abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica e sexista	498
24. Cuidados gerais de enfermagem; técnicas básicas de enfermagem: nebulização, peso - mensuração, aplicações de medicações (vias e técnicas), curativos, posição para exames, alimentações e coleta de material para exames.....	509
25. Assistência de enfermagem à saúde da mulher; assistência de enfermagem na atenção à saúde da criança e adolescente....	517
26. Assistência de enfermagem ao adulto: controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis (tuberculose, hanseníase, cólera, infecção pelo hiv, hepatite, meningite, dengue e leptospirose) paciente portador de: hipertensão arterial, diabetes, outras doenças crônicas, abordagem do paciente acamado (cuidados no acidente vascular cerebral).....	519
27. Atenção à pessoa com deficiência; saúde mental: projeto terapêutico singular, acolhimento, clínica ampliada, matricialmente, visitas domiciliares e outras formas de busca do paciente e atenção à família	521
28. Imunizações: esquema básico de vacinação.....	522

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: SITUAÇÃO COMUNICATIVA, PRESSUPOSIÇÃO, INFERÊNCIA, AMBIGUIDADE, IRONIA, FIGURATIVIZAÇÃO, POLISSEMIA, INTERTEXTUALIDADE, LINGUAGEM NÃO-VERBAL

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS

Definição

Em contraste com as informações explícitas, que são expressas de forma direta no texto, as informações implícitas não são apresentadas da mesma maneira. Em muitos casos, para uma

leitura eficaz, é necessário ir além do que está explicitamente mencionado, ou seja, é preciso inferir as informações contidas no texto para decifrar as entrelinhas.

Inferência: quer dizer concluir alguma coisa com base em outra já conhecida. Fazer inferências é uma habilidade essencial para a interpretação correta dos enunciados e dos textos. As principais informações que podem ser inferidas recebem o nome de subentendidas e pressupostas.

Informação pressuposta: é aquela que depende do enunciado para gerar sentido. Analise o seguinte exemplo: “Arnaldo retornará para casa?”, o enunciado, nesse caso, somente fará sentido se for levado em consideração que Arnaldo saiu de casa, pelo menos provisoriamente – e essa é a informação pressuposta.

O fato de Arnaldo encontrar-se em casa invalidará o enunciado. Observe que as informações pressupostas estão assinaladas por meio de termos e expressões expostos no próprio enunciado e implicam um critério lógico. Desse modo, no enunciado “Arnaldo ainda não retornou para casa”, o termo “ainda” aponta que o retorno de Arnaldo para casa é dado como certo pelo enunciado.

Informação subentendida: diversamente à informação pressuposta, a subentendida não é assinalada no enunciado, sendo, portanto, apenas uma sugestão, isto é, pode ser percebida como insinuações. O emprego do subentendido “camufla” o enunciado por trás de uma declaração, pois, nesse caso, ele não quer se comprometer com ela.

Em razão disso, pode-se afirmar que as informações são de responsabilidade do receptor da fala, ao passo que as pressupostas são comuns tanto aos falantes quanto aos receptores. As informações subentendidas circundam nosso dia a dia nas anedotas e na publicidade, por exemplo; enquanto a primeira consiste em um gênero textual cujo sentido está profundamente submetido à ruptura dos subentendidos, a segunda se baseia nos pensamentos e comportamentos sociais para produzir informações subentendidas.

FIGURATIVIZAÇÃO

A figurativização é uma técnica literária que consiste em utilizar figuras de linguagem, como metáforas, comparações e personificações, para expressar uma ideia de forma mais impactante e sensorial.

Ao utilizar a figurativização, o autor cria imagens vívidas e simbólicas, que vão além do sentido literal das palavras e despertam a imaginação do leitor. Essa técnica permite transmitir emoções, sentimentos e conceitos abstratos de maneira mais intensa, tornando a linguagem mais poética e expressiva.

Um exemplo de figurativização pode ser encontrado no poema “A tempestade”, de Castro Alves:

“Rugem nuvens, freme a terra,
Fende a luz mais clara, mais alta,
Formam-se os vagalhões, forma-se a guerra,
Forma-se a batalha!”

Neste trecho, o autor utiliza a personificação ao atribuir características humanas às nuvens, à terra, à luz, aos vagalhões e à guerra, criando uma imagem de intensidade e movimento da natureza. A linguagem figurativa enriquece o poema, tornando-o mais impactante e emocionante.

POLISSEMIA E MONOSSEMIA

A polissemia diz respeito ao potencial de uma palavra apresentar uma multiplicidade de significados, de acordo com o contexto em que ocorre. A monossemia indica que determinadas palavras apresentam apenas um significado. Exemplos:

– “Língua”, é uma palavra polissêmica, pois pode ser por um idioma ou um órgão do corpo, dependendo do contexto em que é inserida.

– A palavra “decalitro” significa medida de dez litros, e não tem outro significado, por isso é uma palavra monossêmica.

INTERTEXTUALIDADE

– Definições gerais

Intertextualidade é, como o próprio nome sugere, uma *relação entre textos* que se exerce com a menção parcial ou integral de elementos textuais (formais e/ou semânticos) que fazem referência a uma ou a mais produções pré-existentes; é a inserção em um texto de trechos extraídos de outros textos. Esse diálogo entre textos não se restringe a textos verbais (livros, poemas, poesias, etc.) e envolve, também composições de natureza não verbal (pinturas, esculturas, etc.) ou mista (filmes, peças publicitárias, música, desenhos animados, novelas, jogos digitais, etc.).

– Intertextualidade Explícita x Implícita

– **Intertextualidade explícita:** é a reprodução fiel e integral da passagem conveniente, manifestada aberta e diretamente nas palavras do autor. Em caso de desconhecimento preciso sobre a obra que originou a referência, o autor deve fazer uma prévia da existência do excerto em outro texto, deixando a hipertextualidade evidente.

As características da intertextualidade explícita são:

- Conexão direta com o texto anterior;
- Obviedade, de fácil identificação por parte do leitor, sem necessidade de esforço ou deduções;
- Não demanda que o leitor tenha conhecimento preliminar do conteúdo;
- Os elementos extraídos do outro texto estão claramente transcritos e referenciados.

– **Intertextualidade explícita direta e indireta:** em textos acadêmicos, como dissertações e monografias, a intertextualidade explícita é recorrente, pois a pesquisa acadêmica consiste justamente na contribuição de novas informações aos saberes já produzidos. Ela ocorre em forma de citação, que, por sua vez, pode ser direta, com a transcrição integral (cópia) da passagem útil, ou indireta, que é uma clara exploração das informações, mas sem transcrição, re-elaborada e explicada nas palavras do autor.

– **Intertextualidade implícita:** esse modo compreende os textos que, ao aproveitarem conceitos, dados e informações presentes em produções prévias, não fazem a referência clara e não reproduzem integralmente em sua estrutura as passagens

envolvidas. Em outras palavras, faz-se a menção sem revelá-la ou anunciá-la. De qualquer forma, para que se compreenda o significado da relação estabelecida, é indispensável que o leitor seja capaz de reconhecer as marcas intertextuais e, em casos mais específicos, ter lido e compreendido o primeiro material. As características da intertextualidade implícita são: conexão indireta com o texto fonte; o leitor não a reconhece com facilidade; demanda conhecimento prévio do leitor; exigência de análise e deduções por parte do leitor; os elementos do texto pré-existente não estão evidentes na nova estrutura.

— Tipos de Intertextualidade

1 – Paródia: é o processo de intertextualidade que faz uso da crítica ou da ironia, com a finalidade de subverter o sentido original do texto. A modificação ocorre apenas no conteúdo, enquanto a estrutura permanece inalterada. É muito comum nas músicas, no cinema e em espetáculos de humor. Observe o exemplo da primeira estrofe do poema “*Vou-me embora pra Pasárgada*”, de Manuel Bandeira:

TEXTO ORIGINAL

“Vou-me embora para Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei?”

PARÓDIA DE MILLÔR FERNANDES

“Que Manoel Bandeira me perdoe, mas vou-me embora de
Pasárgada
Sou inimigo do Rei
Não tenho nada que eu quero
Não tenho e nunca terei”

2 – Paráfrase: aqui, ocorre a reafirmação sentido do texto inicial, porém, a estrutura da nova produção nada tem a ver com a primeira. É a reprodução de um texto com as palavras de quem escreve o novo texto, isto é, os conceitos do primeiro texto são preservados, porém, são relatados de forma diferente. Exemplos: observe as frases originais e suas respectivas paráfrases:

“Deus ajuda quem cedo madruga” – *A professora ajuda quem muito estuda.*

“To be or not to be, that is the question” – *Tupi or not tupi, that is the question.*

3 – Alusão: é a referência, em um novo texto, de uma dada obra, situação ou personagem já retratados em textos anteriores, de forma simples, objetiva e sem quaisquer aprofundamentos. Veja o exemplo a seguir:

“Isso é presente de grego” – alusão à mitologia em que os troianos caem em armadilhada armada pelos gregos durante a Guerra de Troia.

4 – Citação: trata-se da reescrita literal de um texto, isto é, consiste em extrair o trecho útil de um texto e copiá-lo em outro. A citação está sempre presente em trabalhos científicos, como artigos, dissertações e teses. Para que não configure plágio (uma

falta grave no meio acadêmico e, inclusive, sujeita a processo judicial), a citação exige a indicação do autor original e inserção entre aspas. Exemplo:

“Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

(Lavoisier, Antoine-Laurent, 1773).

5 – Crossover: com denominação em inglês que significa “cruzamento”, esse tipo de intertextualidade tem sido muito explorado nas mídias visuais e audiovisuais, como televisão, séries e cinema. Basicamente, é a inserção de um personagem próprio de um universo fictício em um mundo de ficção diferente. Freddy & Jason” é um grande *crossover* do gênero de horror no cinema.

Exemplo:



Fonte: <https://www.correiobrasiliense.com.br>

6) Epígrafe: é a transição de uma pequena passagem do texto de origem na abertura do texto corrente. Em geral, a epígrafe está localizada no início da página, à direita e em itálico. Mesmo sendo uma passagem “solta”, esse tipo de intertextualidade está sempre relacionado ao teor do novo texto.

Exemplo:

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre
aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

LINGUAGEM NÃO VERBAL

A comunicação não verbal é compreendida como toda a comunicação realizada através de elementos não verbais. Ou seja, que não usem palavras.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvania Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejam os:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none">– É um regime mais abrangente– Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	<ul style="list-style-type: none">– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público– O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, caput da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no Art. 37, caput da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejam os em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do Art. 5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejam os:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

Súmula 473 - STF - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o Art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que

foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **Observação Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvania Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoa jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejamos o que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

Súmula Vinculante 13 - STF: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece “desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”. Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional.

Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

a) Rapidez;

- b) Dinamismo;
- c) Celeridade;
- d) Descongestionamento;
- e) Desburocratização;
- f) Perfeição;
- g) Completitude; e
- h) Satisfação;
- i) Rentabilidade ótima, máxima e com menor custo.

Sobre o tema, o STF já se posicionou no sentido de reforçar que o princípio da eficiência não depende de Lei para que seja regulamentado, sendo por isso, considerado como uma norma de eficácia plena.

Além disso, destaca-se que a Emenda Constitucional nº19/98 consagrou a transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial, com o objetivo de criar aproximação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Vejamos no quadro abaixo, as distinções entre esses dois tipos de Administração:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
<ul style="list-style-type: none"> – É direcionada ao controle de procedimentos e preocupa-se com os resultados em segundo plano; – Seu foco encontra-se nos controles administrativos; – Centralização, concentração e controle dos órgãos e entidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> – É voltada para o controle de resultados e mantém as formalidades fundamentais à Administração Pública; – É focada no controle de resultados; – Reduz a atuação empresarial do Estado; – Trata de parcerias com entidades do terceiro setor para a prestação de atividades consideradas não essenciais; – Trata da capacitação de servidores e do controle de desempenho; – Cuida da descentralização, desconcentração e autonomia dos órgãos e entidades públicas.

— Outros Princípios Constitucionais Aplicáveis à Administração Pública

Princípio da Celeridade Processual

Previsto no artigo 5º LXXVIII da CFB/88, o princípio da celeridade processual assegura a toda a sociedade nas searas judicial e administrativa, a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade na sua tramitação.

Ressalta-se que o processo administrativo constitui uma sequência de atos que declinam-se à decisão final. Desta maneira, o rito deve sempre prosseguir com o objetivo de que haja conclusão célere de encerramento dos processos.

Salienta-se que a Lei Federal nº 9784/99 elenca importantes diretrizes que podem ser aplicadas aos processos administrativos federais em relação a celeridade. São elas:

a) É dever da Administração emitir de forma clara, decisão nos processos administrativos, bem como responder acerca de solicitações ou reclamações e sobre matérias que sejam de sua competência;

b) Após a conclusão da instrução de processo administrativo, o prazo para Administração decidir é de até 30 dias, exceto se houver prorrogação expressamente motivada, razão pela qual, acrescentar-se-á igual período;

c) Não fixando a lei prazo diferente, será o recurso administrativo decidido no prazo de 30 dias;

d) Salvo disposição legal diversa, o processo administrativo deverá tramitar por no máximo três instâncias administrativas.

Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

De acordo com os fundamentos contidos no artigo 5º, LV da CFB/88, em decorrência do princípio do contraditório, as decisões administrativas devem ser tomadas levando em consideração a manifestação das partes interessadas.

Para tal, é imprescindível que seja dada oportunidade para que as partes prejudicadas pela decisão sejam ouvidas antes do resultado final do processo.

Ressalta-se que o princípio da ampla defesa possibilita aos litigantes, tanto em processo judicial quanto administrativo, a utilização dos meios cabíveis de prova, dos recursos e dos instrumentos necessários para defesa de seus interesses diante do Judiciário e também da Administração Pública.

Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, dispõe a Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal:

– **Súmula 33 STF:** “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Princípio de devido processo legal formal e material

Nos ditames do artigo 5º, LIV da CFB/88, a privação de liberdade ou de bens só poderá ser aplicada após o devido processo legal.

O devido processo legal pode ser classificado da seguinte forma:

a) **Devido processo legal formal:** trata-se do parâmetro que exige o cumprimento de um rito que já esteja definido por lei para que a decisão tenha validade;

b) **Devido processo legal material ou substantivo:** a decisão final deve ser justa, adequada e respeitar o rito. Desse modo, o devido processo legal material ou substantivo possui o mesmo conteúdo do princípio da proporcionalidade. Além disso, é importante destacar que nos processos administrativos, é buscada a verdade real dos fatos, não valendo desta forma, somente a verdade formal baseada na prova produzida nos autos.

Por fim, denota-se que são diferenças primordiais entre o processo administrativo e do processo judicial:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL
<ul style="list-style-type: none"> – Até 3 instâncias – Faz coisa julgada administrativa – Princípio da oficialidade – permissão da <i>reformatio in pejus</i> – Não há necessidade de atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade real) 	<ul style="list-style-type: none"> – Em regra, são 3 graus de jurisdição – Faz coisa julgada judicial – Princípio da inércia da jurisdição – Há necessidade da atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade formal)

— **Princípios Implícitos**

Princípio da Autotutela da Administração Pública

Possui o condão de controlar sua própria atuação, podendo, desta forma, corrigir seus próprios atos quando tais atos estiverem dotados de ilegalidade.

Sobre o assunto, dispõe a Súmula 346 do STF:

Súmula 346 - STF: “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”.

Além disso, poderá a Administração invalidar seus próprios atos a partir do momento em que estes contenham ilegalidade, porque deles não se originam direitos, podendo também revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade. É o determina a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

– **Súmula 473 - STF:** “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Ademais, vale pontuar que de acordo com o Art. 5 da Lei nº 9.784/1999, deverá a Administração anular seus próprios atos, quando estes se encontrarem eivados de vícios de legalidade, podendo revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que nos parâmetros do princípio da legalidade, o prazo para a Administração Pública anular seus atos é de 05 anos.

Princípio da Continuidade

Esse princípio define que a atuação administrativa deve ser ininterrupta.

Aliado a esse importante princípio, o STF adotou por meio do Recurso Extraordinário nº 693.456, o entendimento de que o exercício do direito de greve por parte do servidor público pode realizar o corte do salário, que por sua vez, poderá ser substituído por compensação das horas paradas pelo servidor. Porém, em se tratando de greve provocada por ato ilícito da Administração Pública, tal corte de salário não poderá ocorrer e a Administração deverá ressarcir os prejuízos caso estes existam e sejam verificados.

– **Observação Importante:** De acordo com o disposto no artigo 142, §3º, IV da Constituição Federal de 1.988, em hipótese alguma, poderá o servidor militar entrar em greve ou se sindicalizar.

Princípio da Razoabilidade ou da Proporcionalidade Ampla

Por meio desse princípio, as medidas adotadas pela Administração devem se apresentar das seguintes maneiras:

MEDIDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
ADEQUADAS	Seu dever é lograr com sucesso a realização da finalidade.
NECESSÁRIAS	A Administração deverá optar pela forma que restrinja menos ao direito do administrado.
PROPORCIONAIS	A Administração Pública deverá promover equilíbrio entre vantagens e desvantagens, entre o meio e o fim, fazendo com que haja mais vantagens que desvantagens, sob pena de ausência de proporcionalidade do ato.

Princípio da Motivação Obrigatória

Esse princípio obriga a Administração Pública a indicar os pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato.

Desta maneira, infere-se que a validade do ato administrativo se encontra condicionada à apresentação de forma escrita dos fundamentos fáticos e jurídicos justificadores da decisão que foi adotada.

Tal fundamentação se refere a um mecanismo de controle sobre a legalidade e legitimidade das decisões tomadas pela Administração Pública.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL: FUNDAMENTOS E OPERAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

SISTEMAS OPERACIONAIS

Um sistema operacional (SO) é um software fundamental que gerencia o hardware e software de um computador, permitindo que os diferentes programas funcionem corretamente. Ele serve como uma interface entre os usuários e o hardware do computador, garantindo que os recursos do sistema, como processador, memória, dispositivos de armazenamento e periféricos, sejam utilizados de maneira eficiente e segura.

Principais Funções

– Gerenciamento de Processos: O SO gerencia a execução dos processos, incluindo a alocação de recursos do sistema e a coordenação entre processos concorrentes. Ele assegura que cada processo receba tempo suficiente de CPU para executar suas tarefas.

– Gerenciamento de Memória: O SO controla o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa em execução tenha o espaço necessário e que não haja conflitos ou falhas de acesso.

– Gerenciamento de Dispositivos: O SO controla os dispositivos de entrada e saída, como discos rígidos, impressoras, teclados e mouses, facilitando a comunicação entre esses dispositivos e os programas de aplicação.

– Gerenciamento de Arquivos: O SO organiza e gerencia os dados em discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento, permitindo que os usuários criem, leiam, atualizem e apaguem arquivos de maneira eficiente.

– Segurança e Proteção: O SO protege os dados e os recursos do sistema contra acessos não autorizados e ameaças, implementando mecanismos de autenticação e controle de acesso.

Exemplos de Sistemas Operacionais

– Windows: Desenvolvido pela Microsoft, é amplamente utilizado em computadores pessoais e empresariais.

– macOS: Desenvolvido pela Apple, utilizado exclusivamente em computadores Mac.

– Linux: Um sistema operacional de código aberto, usado em servidores, computadores pessoais e dispositivos embarcados.

– Android: Um sistema operacional móvel baseado em Linux, amplamente utilizado em smartphones e tablets.

– iOS: Desenvolvido pela Apple para dispositivos móveis, como iPhones e iPads.

ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Pasta

São estruturas que dividem o disco em várias partes de tamanhos variados as quais podem armazenar arquivos e outras pastas (subpastas)¹.



Arquivo

É a representação de dados/informações no computador os quais ficam dentro das pastas e possuem uma extensão que identifica o tipo de dado que ele representa.

Extensões de arquivos

EXTENSÃO	TIPO
.jpg, .jpeg, .png, .bmp, .gif, ...	Imagem
.xls, .xlsx, .xlsm, ...	Planilha
.doc, .docx, .docm, ...	Texto formatado
.txt	Texto sem formatação
.mp3, .wma, .aac, .wav, ...	Áudio
.mp4, .avi, .rmvb, .mov, ...	Vídeo
.zip, .rar, .7z, ...	Compactadores
.ppt, .pptx, .pptm, ...	Apresentação
.exe	Executável
.msi, ...	Instalador

Existem vários tipos de arquivos como arquivos de textos, arquivos de som, imagem, planilhas, etc. Alguns arquivos são universais podendo ser aberto em qualquer sistema. Mas temos outros que dependem de um programa específico como os arquivos do Corel Draw que necessita o programa para visualizar. Nós identificamos um arquivo através de sua extensão. A extensão são aquelas letras que ficam no final do nome do arquivo.

¹ <https://docente.ifrn.edu.br/elieziosoares/disciplinas/informatica/aula-05-manipulacao-de-arquivos-e-pastas>

Exemplos:

.txt: arquivo de texto sem formatação.

.html: texto da internet.

.rtf: arquivo do WordPad.

.doc e .docx: arquivo do editor de texto Word com formatação.

É possível alterar vários tipos de arquivos, como um documento do Word (.docx) para o PDF (.pdf) como para o editor de texto do LibreOffice (.odt). Mas atenção, tem algumas extensões que não são possíveis e caso você tente poderá deixar o arquivo inutilizável.

Nomenclatura dos arquivos e pastas

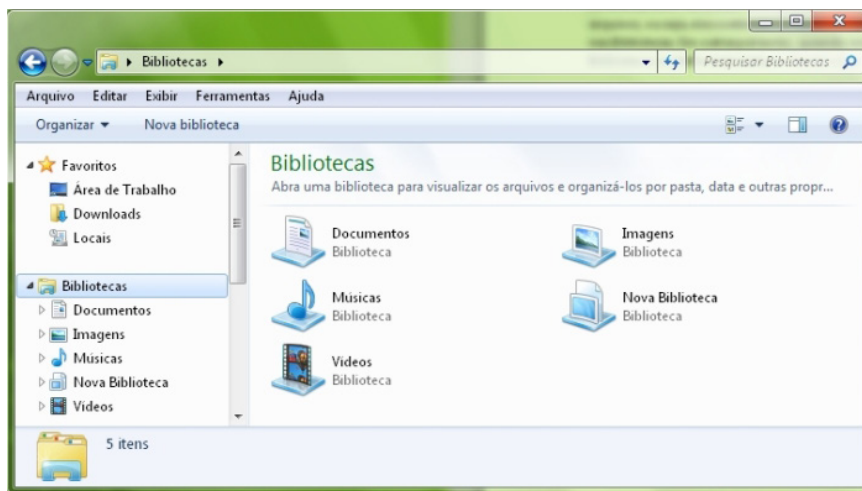
Os arquivos e pastas devem ter um nome o qual é dado no momento da criação. Os nomes podem conter até 255 caracteres (letras, números, espaço em branco, símbolos), com exceção de / \ | > < * : " que são reservados pelo sistema operacional.

Bibliotecas

Criadas para facilitar o gerenciamento de arquivos e pastas, são um local virtual que agregam conteúdo de múltiplos locais em um só.

Estão divididas inicialmente em 4 categorias:

- Documentos;
- Imagens;
- Músicas;
- Vídeos.



Windows Explorer

O Windows Explorer é um gerenciador de informações, arquivos, pastas e programas do sistema operacional Windows da Microsoft².

Todo e qualquer arquivo que esteja gravado no seu computador e toda pasta que exista nele pode ser vista pelo Windows Explorer.

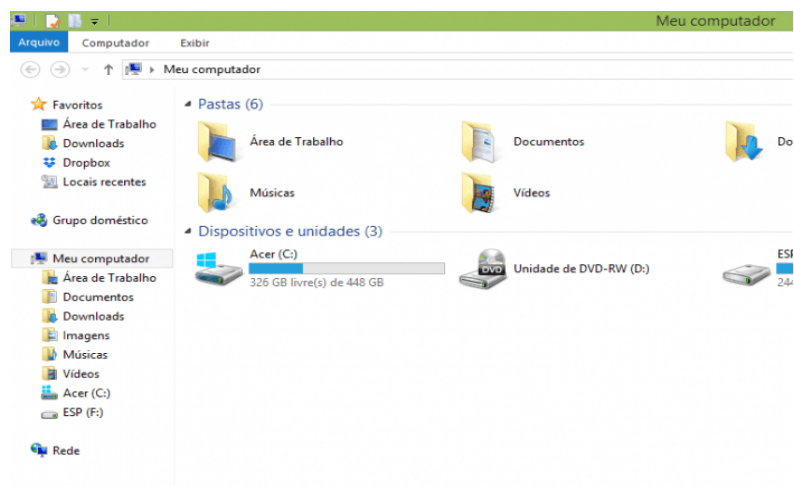
Possui uma interface fácil e intuitiva.

Na versão em português ele é chamado de Gerenciador de arquivo ou Explorador de arquivos.

O seu arquivo é chamado de Explorer.exe

Normalmente você o encontra na barra de tarefas ou no botão Iniciar > Programas > Acessórios.

² <https://centraldefavoritos.com.br/2019/06/05/conceitos-de-organizacao-e-de-gerenciamento-de-informacoes-arquivos-pastas-e-programas/>



Na parte de cima do Windows Explorer você terá acesso a muitas funções de gerenciamento como criar pastas, excluir, renomear, excluir históricos, ter acesso ao prompt de comando entre outras funcionalidades que aparecem sempre que você selecionar algum arquivo.

A coluna do lado esquerdo te dá acesso direto para tudo que você quer encontrar no computador. As pastas mais utilizadas são as de Download, documentos e imagens.

Operações básicas com arquivos do Windows Explorer

• **Criar pasta:** clicar no local que quer criar a pasta e clicar com o botão direito do mouse e ir em novo > criar pasta e nomear ela. Você pode criar uma pasta dentro de outra pasta para organizar melhor seus arquivos. Caso você queira salvar dentro de uma mesma pasta um arquivo com o mesmo nome, só será possível se tiver extensão diferente. Ex.: maravilha.png e maravilha.doc

Independente de uma pasta estar vazia ou não, ela permanecerá no sistema mesmo que o computador seja reiniciado

• **Copiar:** selecione o arquivo com o mouse e clique Ctrl + C e vá para a pasta que quer colar a cópia e clique Ctrl + V. Pode também clicar com o botão direito do mouse selecionar copiar e ir para o local que quer copiar e clicar novamente como o botão direito do mouse e selecionar colar.

• **Excluir:** pode selecionar o arquivo e apertar a tecla delete ou clicar no botão direito do mouse e selecionar excluir

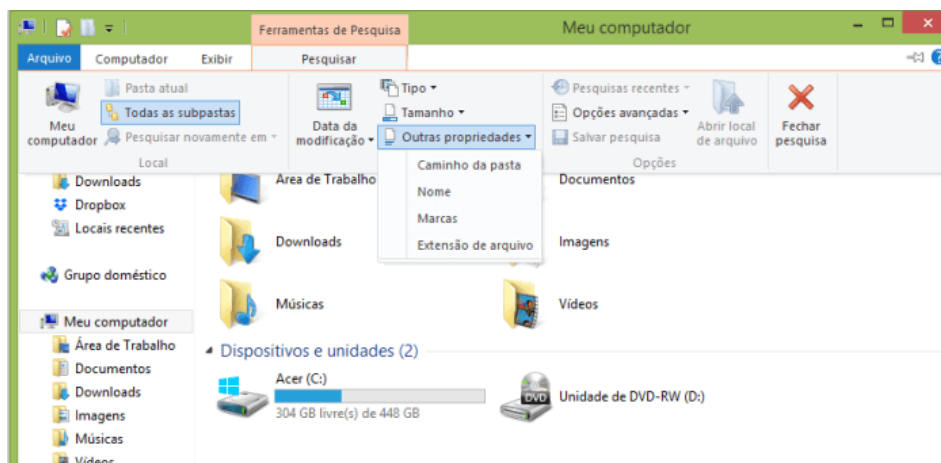
• **Organizar:** você pode organizar do jeito que quiser como, por exemplo, ícones grandes, ícones pequenos, listas, conteúdos, lista com detalhes. Estas funções estão na barra de cima em exibir ou na mesma barra do lado direito.

• **Movimentar:** você pode movimentar arquivos e pastas clicando Ctrl + X no arquivo ou pasta e ir para onde você quer colar o arquivo e Clicar Ctrl + V ou clicar com o botão direito do mouse e selecionar recortar e ir para o local de destino e clicar novamente no botão direito do mouse e selecionar colar.

Localizando Arquivos e Pastas

No Windows Explorer tem duas:

Tem uma barra de pesquisa acima na qual você digita o arquivo ou pasta que procura ou na mesma barra tem uma opção de Pesquisar. Clicando nesta opção terão mais opções para você refinar a sua busca.



Arquivos ocultos

São arquivos que normalmente são relacionados ao sistema. Eles ficam ocultos (invisíveis) por que se o usuário fizer alguma alteração, poderá danificar o Sistema Operacional.

Apesar de estarem ocultos e não serem exibido pelo Windows Explorer na sua configuração padrão, eles ocupam espaço no disco.

ARQUITETURA DE COMPUTADORES

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

— Gabinete

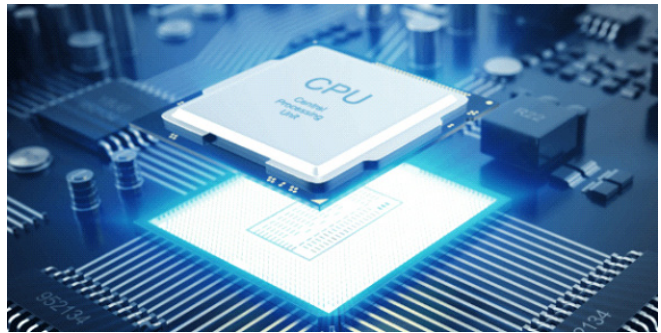
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

— Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

— Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

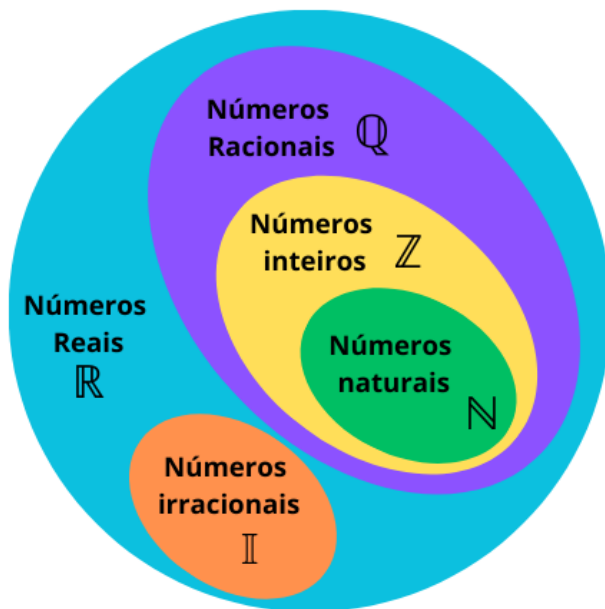
MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS E RACIONAIS. OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



— CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

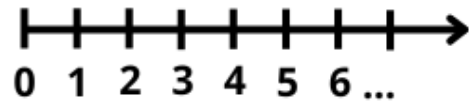
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

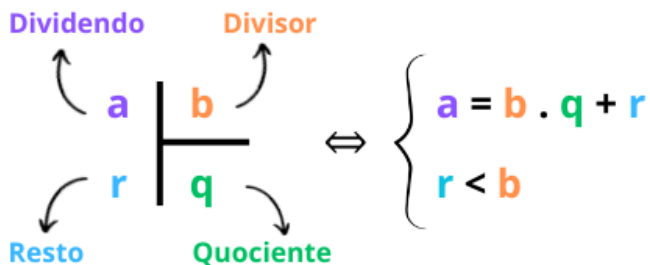
É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. - 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

- 1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6): $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão. Assim, são 4167 calendários perfeitos.

2) João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

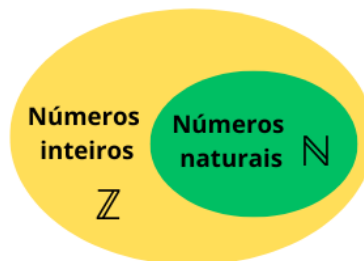
Solução: **Resposta: E.**

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$
 2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$
 Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

— CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$Z = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

$Z_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.

$Z^*_+ = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$Z^*_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| \cdot |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

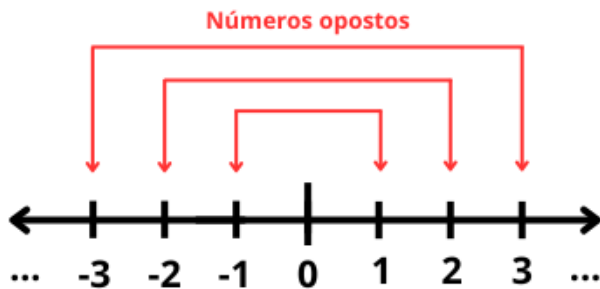
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



Operações com Números Inteiros

Adição de Números Inteiros

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)

Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)

Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)

Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração de Números Inteiros

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

- Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
- Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;
- Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade. Por exemplo, ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 15 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo "x", ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números "a" e "b" pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão de Números Inteiros

Considere o cálculo: $-15/3 = q$ à $3q = -15$ à $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros Z, a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Regra de sinais

Multiplicação

\oplus	\times	\oplus	$=$	\oplus
\ominus	\times	\ominus	$=$	\oplus
\ominus	\times	\oplus	$=$	\ominus
\oplus	\times	\ominus	$=$	\ominus

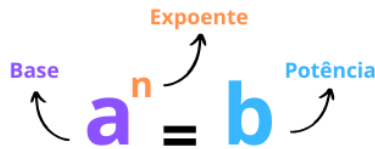
Divisão

\oplus	\div	\oplus	$=$	\oplus
\ominus	\div	\ominus	$=$	\oplus
\ominus	\div	\oplus	$=$	\ominus
\oplus	\div	\ominus	$=$	\ominus

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, ou seja, a é multiplicado por a n vezes.



- Qualquer potência com uma base positiva resulta em um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é par, então o resultado é um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é ímpar, então o resultado é um número inteiro negativo.

Potenciação

As propriedades básicas da potenciação são:

1	$a^m \cdot a^n = a^{m+n}$	Exemplo: $2^3 \cdot 2^2 = 2^5$
2	$\frac{a^m}{a^n} = a^{m-n}$	Exemplo: $3^4 : 3^2 = 3^2$
3	$(a^m)^n = a^{m \cdot n}$	Exemplo: $(2^3)^2 = 2^6$
4	$(a \cdot b)^n = a^n \cdot b^n$	Exemplo: $(2 \cdot 7)^2 = 2^2 \cdot 7^2$
5	$\left(\frac{a}{b}\right)^n = \frac{a^n}{b^n}$	Exemplo: $\left(\frac{3}{7}\right)^2 = \frac{3^2}{7^2}$
6	$a^0 = 1, a \neq 0$	Exemplo: $2^0 = 1$
7	$a^{-n} = \frac{1}{a^n}$	Exemplo: $2^{-2} = \frac{1}{2^2}$
8	$\left(\frac{1}{a}\right)^n = a^{-n}$	Exemplo: $\left(\frac{1}{2}\right)^3 = 2^{-3}$
9	$a^{\frac{m}{n}} = \sqrt[n]{a^m}$	Exemplo: $3^{\frac{2}{3}} = \sqrt[3]{3^2}$

Radiciação de Números Inteiros

A radiciação de números inteiros envolve a obtenção da raiz n -ésima (de ordem n) de um número inteiro a . Esse processo resulta em outro número inteiro não negativo, representado por b , que, quando elevado à potência n , reproduz o número original a . O índice da raiz é representado por n , e o número a é conhecido como radicando, posicionado sob o sinal do radical.

HISTÓRIA DE SÃO FELIX DO XINGU; EMANCIPAÇÃO E FUNDAÇÃO DA CIDADE

A história de São Félix do Xingu abrange o período entre a colonização, no início do século XX, e os dias atuais. Antes disso, a região era ocupada por diversas comunidades indígenas, que marcaram profundamente sua trajetória.

— Povos Indígenas

— Ocupação Ancestral

Antes da chegada dos colonizadores, o território de São Félix do Xingu era habitado por vários povos indígenas, incluindo os Caiapós, Araras, Arauetés, Paracanãs e Asurinís. De acordo com estudos do Museu Goeldi, esses povos ocupavam a região há pelo menos 9.500 anos, evidenciando sua longa relação com o território.

— Impactos da Colonização

Embora muitos desses povos ainda mantenham grandes áreas sob sua influência, enfrentaram uma história de pilhagem, mortes e exploração forçada com a chegada dos colonizadores. Essas práticas resultaram em profundas mudanças no modo de vida indígena.

— Colonização

— Primeiros Colonizadores

A colonização efetiva de São Félix do Xingu começou com o coronel da Guarda Nacional, Tancredo Martins Jorge, que partiu da Bahia com sua família em busca de oportunidades econômicas. Após uma breve passagem por Altamira, o grupo subiu o Rio Xingu e chegou à região próxima ao Rio Fresco.

Em 20 de novembro de 1900, o coronel fundou um acampamento na Ilhota São Félix, onde construiu uma capela em homenagem a Félix de Valois, seu santo de devoção. Essa data é considerada oficialmente a fundação do povoado.

São Félix Valois



https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A9lix_de_Valois/media/Ficheiro:San_felix_valois.jpg

— Desenvolvimento Inicial

O povoado na Ilhota se desenvolveu com base no extrativismo vegetal, destacando-se a exploração de látex das espécies *Hevea brasiliensis* e *Castilla ulei*. Durante o auge da borracha, o comércio local girava em torno do barracão de aviamento do coronel Martins Jorge.

Transferência da Colônia e Crescimento Econômico

— Mudança para a Boca do Rio

Em 1914, a colônia foi transferida para a margem esquerda do Rio Xingu, na confluência com o Rio Fresco, local conhecido como “São Félix da Boca do Rio”. Essa mudança foi impulsionada pela busca de melhores condições para as atividades econômicas da comunidade.

– **Diversificação Econômica**

Com a crise do setor da borracha na década de 1910, a economia local enfrentou dificuldades, levando ao surgimento de novas atividades, como a exploração de castanha-do-brasil, extração de gemas e metais preciosos, além da pequena pecuária.

– **Emancipação e Formação do Município**

– **Elevação a Distrito**

O crescimento populacional e econômico resultou na elevação de São Félix à condição de distrito do município do Xingu (atual Altamira), em 31 de dezembro de 1936.

– **Criação do Município**

Em 29 de dezembro de 1961, o município de São Félix do Xingu foi oficialmente criado, por meio da Lei nº 2.460, durante o governo de Aurélio do Carmo, com território desmembrado de Altamira. O município foi formalmente instalado em 10 de abril de 1962, data comemorada como seu aniversário oficial.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS

Localiza-se a uma latitude 06º38'41" sul e a uma longitude 51º59'42" oeste, estando a uma altitude de 220 metros.

Localização do município de São Félix do Xingu no estado do Pará



https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_F%C3%A9lix_do_Xingu/media/Ficheiro:Para_Municip_SaoFelixdoXingu.svg

– **Demografia**

População : 65.418 habitantes (IBGE, 2022)

Área territorial: 84.212,901 km².

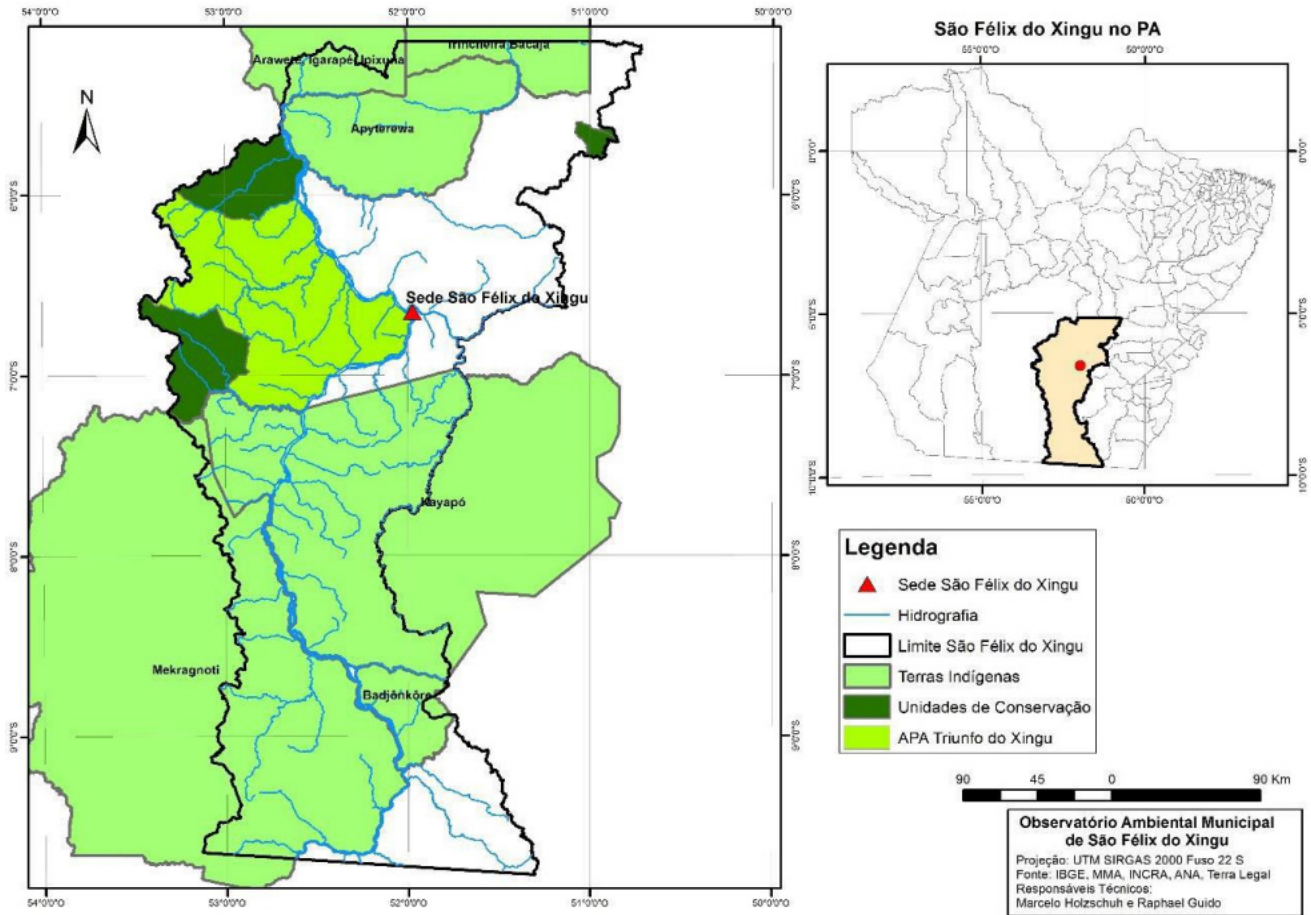
Atualmente, além da sede, o município é constituído por seis distritos: Taboca, Nereu, Lindoeste, Sudoeste, Ladeira Vermelha e Teilândia.

PIB per capita: R\$ 14.208,13 (IBGE, 2021)

— Hidrografia

São Félix do Xingu é rodeado por vários rios. Os dois principais são os rios Fresco e o Xingu que são atrações turísticas do município.

Estes também são usados para pesca e transporte no período da cheia.



<https://www.sfxingu.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Memorial-Descritivo-17.pdf>

— Geologia e Relevo

O município de São Félix do Xingu possui uma estrutura geológica complexa, composta majoritariamente por rochas cristalinas e metasedimentares de idade Pré-Cambriana. As principais unidades geológicas da região incluem:

1. **Complexo Xingu:** Formação de caráter granito-gnáissico-migmatítico.
2. **Grupo Grão-Pará:** Estruturas vulcano-sedimentares, conhecidas como greenstone belts.
3. **Supergrupo Uatumã:** Composto por elementos vulcano-plutônicos e sedimentares, abrangendo:
 - **Formação Iriri:** De origem vulcânica.
 - **Granito Serra dos Carajás:** Estrutura granítica.
 - **Formação Sobreiro:** Também de origem vulcânica.
 - **Formação Rio Fresco:** Inclui os membros Naja e Azul, de natureza vulcânica.
 - **Granito Vermelho Guilherme:** De origem magmática intrusiva.
4. **Cobertura de Plataforma:** Representada pelas formações Gortire e Triunfo, associadas a depósitos sedimentares.

– Planícies de Inundação

Ao longo dos principais cursos d'água, como os rios Fresco e Xingu, existem pequenas planícies de inundação. Essas áreas são constituídas por materiais inconsolidados de idade quaternária, que se depositam em períodos de cheia.

– Relevo

São Félix do Xingu integra duas importantes unidades morfoestruturais:

1. **Planalto Dissecado do Sul do Pará:** Caracterizado por superfícies irregulares e desgastadas.
2. **Depressão Periférica do Sul do Pará:** Com áreas mais rebaixadas e suaves.

– Principais Formas de Relevo

O relevo do município apresenta uma diversidade de formas, incluindo:

- **Áreas planas:** Predominantes em algumas regiões.
- **Inselbergs:** Morros isolados que se destacam no terreno.
- **Chapadões:** Extensas áreas elevadas e aplainadas, comuns na região.
- **Serra dos Carajás:** Na porção ocidental, destaca-se como um marco geográfico relevante.

Essas características conferem à região uma paisagem variada e uma grande riqueza natural, sendo importante tanto para estudos científicos quanto para atividades econômicas e ambientais.

— Clima

Tropical quente e subseco.

Precipitação: em média 1.423 mm/ano

MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS

São Félix do Xingu, localizado no sudeste do estado do Pará, faz divisa com diversos municípios, destacando-se como um importante ponto de conexão na região. Os municípios circunvizinhos são:

1. Altamira (ao norte)
2. Anapu (ao noroeste)
3. Ourilândia do Norte (ao leste)
4. Tucumã (ao sudeste)
5. Parauapebas (ao sul)
6. Canaã dos Carajás (ao sul)
7. Novo Repartimento (ao oeste)
8. Cumarú do Norte (ao sul e sudeste)

PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA CIDADE

A **Lei Orgânica do Município de São Félix do Xingu** foi promulgada no dia 5 de abril de 1990, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e a Constituição do Estado do Pará. Este marco jurídico representa o conjunto de normas que regem o funcionamento do município, sendo o documento base para a organização política, administrativa e social de São Félix do Xingu.

Principais Aspectos da Lei Orgânica

1. Autonomia Municipal

A Lei Orgânica confere ao município autonomia em assuntos de interesse local, assegurando sua capacidade de legislar, administrar e gerir os recursos próprios.

2. Estrutura Administrativa

Define a composição e as atribuições dos Poderes Executivo e Legislativo:

- **Executivo:** Representado pelo prefeito, responsável pela gestão municipal.
- **Legislativo:** Representado pela Câmara Municipal, responsável por criar leis e fiscalizar o Executivo.

3. Direitos e Deveres dos Cidadãos

Estabelece garantias fundamentais aos moradores, como acesso a serviços públicos, saúde, educação e preservação do meio ambiente.

4. Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável

Promove diretrizes para o ordenamento territorial e a proteção dos recursos naturais, aspectos essenciais para uma região com significativa diversidade ambiental.

5. Participação Popular

Prevê mecanismos de participação dos cidadãos na gestão municipal, como audiências públicas e consultas populares.

Importância da Lei Orgânica

A promulgação da Lei Orgânica simbolizou um avanço significativo para a autonomia política e administrativa de São Félix do Xingu, permitindo que o município se adaptasse às suas peculiaridades regionais e socioeconômicas. Desde então, ela vem sendo referência para o desenvolvimento local e o fortalecimento da cidadania.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A administração de São Félix do Xingu segue o modelo político-administrativo previsto pela Constituição Federal de 1988, que garante autonomia aos municípios brasileiros. A gestão municipal é composta pelos poderes Executivo e Legislativo, que atuam de forma independente, mas harmônica, para atender às demandas da população.

ADMISSÃO, TRANSFERÊNCIA, ALTA, ÓBITO

Admissão Hospitalar

A admissão hospitalar refere-se ao processo de entrada e permanência de um paciente no hospital, com duração variável, e visa ajudar o paciente a se adaptar ao ambiente hospitalar, promovendo conforto e segurança. Ao ser admitido, o paciente é acolhido por um profissional da unidade de internação e acompanhado até o quarto ou enfermaria, onde é importante recebê-lo com gentileza e cordialidade. Este acolhimento inicial é crucial para reduzir as ansiedades do paciente e oferecer uma sensação de segurança. A impressão inicial influenciará diretamente na aceitação do tratamento e na colaboração do paciente com a equipe médica e de enfermagem. A equipe, portanto, deve inspirar confiança e estar sempre disponível para esclarecer dúvidas.

Procedimentos de Admissão

- 1. Recepção:** Cumprimentar o paciente cordialmente, checar o preenchimento das fichas de admissão.
- 2. Acompanhamento ao Leito:** Auxiliar o paciente a deitar, oferecendo o máximo conforto possível.
- 3. Integração no Quarto:** Apresentar o paciente aos demais companheiros de quarto.
- 4. Orientações:** Explicar ao paciente a localização dos sanitários, horários das refeições, funcionamento da campainha, e informar o nome do médico e da enfermeira chefe.
- 5. Regras do Hospital:** Orientar sobre os regulamentos, como o horário de visitas, períodos de repouso e políticas em relação ao fumo.
- 6. Guarda de Pertences:** Entregar pertences à família ou, caso isso não seja possível, armazená-los de maneira segura e identificada.
- 7. Preparação para Exames:** Informar o paciente sobre os exames que serão realizados para que esteja preparado e colaborativo.
- 8. Roupas Hospitalar:** Disponibilizar roupa hospitalar caso não seja permitido o uso de roupa própria.
- 9. Documentação:** Iniciar o prontuário do paciente, anotando dados vitais e condições de saúde no momento da admissão.
- 10. Relatório de Enfermagem:** Registrar a admissão e atualizar o censo diário do hospital.

Exemplo de Anotação de Admissão

“10h - Admitida nesta unidade vinda de casa acompanhada pela prima para tratamento cirúrgico... (continua com informações pertinentes ao prontuário).”

Considerações Importantes

O processo de admissão mobiliza diversos setores hospitalares e causa, muitas vezes, afastamento do paciente de suas atividades diárias e familiares, gerando sentimentos de insegurança e medo do ambiente desconhecido. Essa etapa é geralmente conduzida por um enfermeiro do setor, que pode avaliar o paciente e adaptar os cuidados conforme os hábitos do paciente e as rotinas institucionais, facilitando assim a sua adaptação.

Procedimentos Detalhados da Admissão

- 1. Acolhimento Gentil:** Receber o paciente pelo nome, demonstrando empatia.
- 2. Alocação no Leito:** Confirmar o leito designado e acomodar o paciente.
- 3. Integração Social:** Apresentá-lo aos outros pacientes da enfermaria.
- 4. Orientação Geral:** Mostrar dependências do hospital, horários de visitas, rotinas de refeição, higienização e, se houver, serviços religiosos e recreativos.
- 5. Inventário de Pertences:** Registrar roupas e valores pessoais.
- 6. Higiene Pessoal:** Encaminhar o paciente para o banho, caso necessário.
- 7. Entrevista Inicial:** Realizar exame físico, histórico de enfermagem e, se possível, coleta de sinais vitais (peso, altura, entre outros).
- 8. Documentação Completa:** Anotar no prontuário informações como hora, motivo da internação, sintomas observados, queixas, sinais vitais e destino dos pertences.
- 9. Comunicação Interdepartamental:** Notificar setores como nutrição e serviço social sobre a nova admissão para alinhamento de cuidados específicos.

Importância do Processo de Admissão

O momento da admissão influencia diretamente no ajustamento do paciente ao hospital e pode afetar de maneira significativa sua recuperação e adesão ao tratamento.

Anotações de Enfermagem na Admissão

- **Identificação:** Nome completo do paciente, data e hora da admissão.
- **Condições de Chegada:** Registro das condições de entrada (deambulando, em maca, cadeira de rodas, etc.).
- **Acompanhante:** Presença de acompanhante ou responsável.
- **Estado de Higiene:** Condições gerais de higiene do paciente.
- **Motivo da Internação:** Queixas relacionadas ao problema de saúde que levou à internação.
- **Cuidados Realizados:** Anotação de procedimentos como mensuração de sinais vitais, acesso venoso, coleta de exames, e elevação das grades de proteção.
- **Orientações Fornecidas:** Registro de todas as instruções passadas ao paciente sobre normas e rotinas do hospital.

Esses registros são fundamentais para garantir que o paciente seja bem acolhido e que o tratamento possa ocorrer de forma tranquila, com a equipe de saúde sempre atenta a seu bem-estar.

Alta Hospitalar

A alta hospitalar representa o término dos cuidados oferecidos ao paciente dentro do hospital. O paciente recebe alta quando seu quadro clínico está estável, permitindo que continue a recuperação ou o tratamento de maneira segura em casa. Esse procedimento exige assinatura do médico responsável no prontuário, incluindo o registro do CRM (Conselho Regional de Medicina) para validação formal da alta.

Procedimentos para Alta Hospitalar

- 1. Verificação da Alta no Prontuário:** Conferir a assinatura do médico e a prescrição de alta no prontuário do paciente.
- 2. Medicamentos e Tratamentos Finais:** Verificar no prontuário se há alguma medicação ou tratamento final a ser administrado antes da saída.
- 3. Informação ao Paciente:** Comunicar ao paciente sobre a alta, especificando o horário e o modo de transporte.
- 4. Entrega da Receita e Orientações:** Fornecer a receita médica e orientações detalhadas sobre o uso de medicamentos, cuidados específicos e o plano de recuperação.
- 5. Assistência para Vestir-se:** Auxiliar o paciente a vestir-se, caso necessário.
- 6. Organização dos Pertences:** Reunir todos os pertences pessoais e colocá-los de forma organizada em uma sacola ou mala.
- 7. Devolução de Objetos e Medicamentos:** Retornar ao paciente quaisquer objetos pessoais ou medicamentos armazenados pelo hospital.
- 8. Preparação para o Transporte:** Disponibilizar cadeira de rodas ou maca, conforme necessário, para o transporte do paciente até o veículo.
- 9. Transporte do Paciente:** Conduzir o paciente até o veículo de maneira segura.
- 10. Limpeza e Preparação da Unidade:** Realizar a desinfecção terminal e preparar a unidade para o próximo paciente.

Tipos de Alta

- 1. Alta Hospitalar Regular:**
 - Alta com cura;
 - Alta com melhora;
 - Alta sem alteração significativa.
- 2. Alta a Pedido:** Solicitada diretamente pelo paciente ou responsável, independente de recomendação médica.
- 3. Alta Condicional ou Licença Médica:** Permitida em datas comemorativas ou períodos específicos, com assinatura de um termo de responsabilidade.
- 4. Alta por Indisciplina:** Concedida quando o paciente não segue as normas e condutas do hospital.
- 5. Transferência:** Remoção do paciente para outra unidade dentro da instituição ou para outra instituição.
- 6. Evasão:** Quando o paciente sai sem autorização médica.
- 7. Óbito:** O falecimento também encerra o processo de internação.

Procedimentos de Alta com o Paciente

- 1. Comunicação da Alta:** Informar ao paciente sobre a decisão de alta.
- 2. Orientações Pós-Alta:** Esclarecer sobre cuidados essenciais como:
 - Alimentação e hidratação;
 - Medicamentos e curativos;
 - Retorno a atividades cotidianas;
 - Horários de repouso e sono;
 - Sinais de alerta que indicam necessidade de atenção médica.
- 3. Orientações à Família:** Envolver o serviço social para contato com a família, fornecendo orientações sobre os cuidados pós-alta.
- 4. Organização dos Pertences:** Reunir e conferir pertences armazenados desde a admissão.
- 5. Comunicação a Outros Setores:** Notificar setores relevantes, como nutrição e limpeza, sobre a alta.
- 6. Registro no Prontuário:** Anotar a saída no prontuário, incluindo horário, condições de saúde e informações do acompanhante.
- 7. Entrega do Prontuário ao SAME:** Garantir que o prontuário esteja completo e organizado antes de entregá-lo ao Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME).
- 8. Desinfecção Terminal:** Realizar limpeza e desinfecção completa do ambiente utilizado pelo paciente.

Anotações de Enfermagem na Alta Hospitalar

- As anotações devem incluir:
- **Data e Horário de Saída:** Registro preciso do horário de saída do paciente.
 - **Condições de Saída:** Descrever se o paciente saiu deambulando, em cadeira de rodas ou maca.

- **Cuidados Realizados:** Incluir informações sobre procedimentos como sinais vitais finais, retirada de cateter venoso, etc.

- **Orientações Dadas:** Descrição das orientações fornecidas ao paciente e à família, reforçando a importância de cada cuidado.

Observação Importante: As anotações devem refletir o horário exato de saída e a presença de um acompanhante, caso aplicável. Esse registro é essencial para garantir o seguimento adequado do tratamento e a segurança do paciente após a alta.

Transferência Hospitalar

A transferência hospitalar ocorre quando o paciente precisa ser realocado dentro da mesma instituição (para outra unidade, setor ou ala) ou para um estabelecimento diferente (como outra clínica ou hospital). Esse processo deve ser conduzido de maneira a garantir continuidade e segurança no atendimento, considerando as condições clínicas do paciente. As etapas são semelhantes às da alta hospitalar, mas com protocolos específicos para assegurar uma transição adequada.

Procedimentos para Transferência de Paciente

1. Seguir os Procedimentos de Alta: Os passos da transferência são similares aos da alta, incluindo orientações ao paciente, organização de pertences e documentação completa.

2. Notificação da Unidade de Destino: Comunicar antecipadamente a unidade ou instituição que receberá o paciente, seja dentro do próprio hospital ou em outra clínica.

3. Prontuário Completo: Garantir que o prontuário esteja completo. Se não for possível, providenciar um relatório que acompanhe o paciente, com informações clínicas detalhadas.

4. Adequação do Transporte: Selecionar o meio de transporte de acordo com o estado de saúde do paciente. Pacientes graves requerem transporte especializado, como ambulâncias de suporte avançado.

5. Acomodação na Unidade de Destino: Em transferências internas, o paciente deve ser acomodado na nova unidade como na admissão inicial, com orientações adequadas.

6. Entrega de Plantão e Documentação: O profissional responsável pela transferência deve passar o plantão verbalmente ao responsável da nova unidade e entregar o prontuário completo ou relatório atualizado.

Protocolo de Transferência Hospitalar

1. Supervisão Médica Obrigatória: Um médico deve supervisionar todo o processo de transferência, especialmente para pacientes com condições graves. A responsabilidade pela vida do paciente é prioritária e não pode ser negligenciada.

2. Aceitação pelo Hospital de Referência: O hospital de destino, previamente estabelecido como referência, deve aceitar pacientes de acordo com sua capacidade de atendimento, especialmente em casos urgentes.

3. Diagnóstico e Estabilização Prévia: Pacientes em risco de vida só devem ser transferidos após estabilização, incluindo avaliação respiratória e hemodinâmica e aplicação de medidas urgentes específicas.

4. Equipe de Acompanhamento: Pacientes graves devem ser transportados com equipe composta por, no mínimo, um médico, um profissional de enfermagem e um motorista em ambulância de suporte avançado. Em casos onde esse recurso não está disponível, o risco do transporte deve ser avaliado em comparação à permanência no local.

5. Contato Prévio com o Médico Receptor: Antes da transferência, é essencial o contato com o médico ou diretor técnico do hospital de destino para confirmar a aceitação e especificar a unidade e leito onde o paciente será internado.

6. Registro Completo no Prontuário: Todos os detalhes da transferência, incluindo avaliações e procedimentos realizados, devem ser registrados no prontuário da instituição de origem.

7. Relatório Clínico Completo: O paciente deve ser acompanhado por um relatório clínico detalhado, assinado pelo médico (incluindo o número do CRM), que será anexado ao prontuário no hospital de destino. O médico receptor também deve assinar o relatório ao recebê-lo.

8. Consentimento Informado: Obter consentimento por escrito do paciente ou do responsável legal para o transporte, após explicações detalhadas. Em caso de risco de morte e impossibilidade de localização do responsável, o médico pode autorizar a transferência, registrando este fato no prontuário.

9. Responsabilidade pelo Transporte: A responsabilidade pelo paciente é do médico transferente até que ele seja entregue ao médico receptor. Em ambulâncias tipo A, E ou F, o médico da ambulância assume essa responsabilidade até a chegada ao destino.

10. Transporte Neonatal Especializado: No caso de pacientes neonatais, o transporte deve ser realizado em ambulância tipo D, aeronave ou veículo adaptado com incubadora de transporte, ventilador neonatal e demais equipamentos de suporte avançado.

11. Responsabilidade pela Implementação dos Protocolos: Médicos diretores técnicos das instituições e serviços de atendimento pré-hospitalar são responsáveis pela implementação e cumprimento rigoroso dessas normas.

Procedimentos em Caso de Óbito no Hospital

O processo de manejo de um óbito hospitalar inclui procedimentos clínicos, administrativos e legais que devem ser seguidos com rigor para assegurar o respeito ao falecido, a comunicação com a família e a conformidade com as normas de saúde.

Procedimentos Gerais

1. Declaração de Óbito: Providenciar a declaração em três vias, preenchida e assinada pelo médico responsável, com registro do CRM.

2. Informar os Familiares: Comunicar imediatamente o falecimento à família.

3. Privacidade e Preparação do Corpo:

- Utilizar biombos para garantir privacidade, se necessário.

- Realizar o tamponamento dos orifícios que apresentam secreções e solicitar coberturas apropriadas para óbitos na farmácia.

4. Preparação do Corpo:

- Retirar a roupa do paciente, sondas e cateteres.

- Trocar curativos, se necessário.

- Alinhar o corpo, unir as mãos e fixá-las com ataduras, e, caso necessário, fixar a mandíbula.

5. Identificação: Colocar uma etiqueta no corpo com nome completo, leito, médico responsável, data e hora do óbito e uma segunda etiqueta na cobertura.

6. Transporte ao Necrotério: Solicitar o maqueiro para levar o corpo ao necrotério.

7. Devolução de Pertences: Organizar e entregar os pertences pessoais à família.

8. Registro do Óbito:

- Anotar o óbito no prontuário do paciente, censo de controle e registro de enfermagem.

- Lançar o óbito no sistema MV.

9. Documentação Administrativa:

- Enviar formulário de alta hospitalar por óbito para inter-nação para registro na Prefeitura e/ou Convênios.

- Solicitar a desinfecção terminal do leito para uma nova admissão.

- Preencher a ficha de identificação do cadáver e registrar o óbito no livro de declaração.

10. Distribuição das Vias da Declaração:

- A via amarela é entregue ao responsável pelo corpo, juntamente com o formulário da FUNDEC.

- A via branca é arquivada pela chefia de enfermagem para envio à Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

- A via rosa é anexada ao prontuário do paciente.

11. Entrega do Corpo e Fichas:

- O enfermeiro deve entregar o corpo no necrotério para a funerária, obtendo a assinatura do responsável pela funerária na ficha de identificação, que é arquivada no prontuário do paciente.

12. Estatísticas: A secretária de enfermagem confere todos os documentos do óbito e atualiza a estatística da Comissão de Óbito.

Recomendações Especiais para IML e SVO

Em casos específicos, como morte violenta, fetos mortos acima de 500g, ou quando não há diagnóstico fechado após internação inferior a 24 horas, o corpo deve ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) ou ao Serviço de Verificação de Óbitos (SVO).

Procedimentos Específicos

1. Encaminhamento Médico: O médico deve preencher o formulário específico de encaminhamento para o IML ou SVO.

2. Instruções para a Família (IML):

- Entregar à família a via branca do encaminhamento e orientá-los a registrar a ocorrência no distrito policial próximo.

- Solicitar que a família leve uma das vias ao IML para recolhimento do corpo.

3. Registros na Enfermagem:

- Registrar o óbito no livro de declaração.

- Preencher a ficha de identificação do cadáver.

4. Entrega ao IML/SVO:

- Entregar o corpo ao IML/SVO com a ficha de identificação. No caso do IML, a família leva o encaminhamento; no caso do SVO, o enfermeiro comunica o serviço e organiza a remoção.

5. Documentação e Arquivo: A secretária de enfermagem anexa ao prontuário a ficha de identificação e o encaminhamento ao IML/SVO e atualiza a estatística da Comissão de Óbitos.

Considerações sobre Exames Complementares

Os exames complementares para pacientes falecidos são solicitados de forma específica para apoiar o diagnóstico e devem basear-se nos dados clínicos e históricos obtidos por meio de anamnese e exame físico, respeitando suas indicações e limitações.

CENTRO CIRÚRGICO, CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO

A Unidade de Centro Cirúrgico (UCC) é definida como um conjunto de componentes destinados às atividades cirúrgicas e à recuperação anestésica. Esta unidade abrange o Centro Cirúrgico (CC), a Recuperação Anestésica (RA) e o Centro de Material e Esterilização (CME).

No contexto brasileiro, o Ministério da Saúde (MS) define o Centro Cirúrgico como um “conjunto de elementos destinados às atividades cirúrgicas, bem como à recuperação anestésica”. Trata-se de uma organização complexa devido às suas características específicas e à assistência especializada que oferece.

Dessa forma, o CC é constituído por um conjunto de áreas, instalações e dependências interconectadas, que possibilitam a realização de procedimentos anestésico-cirúrgicos em condições assépticas ideais. Essa estrutura visa garantir segurança ao paciente e proporcionar conforto à equipe responsável pelo atendimento.

Os procedimentos cirúrgicos são atualmente uma das principais modalidades terapêuticas utilizadas no diagnóstico e tratamento de diversas patologias. Por isso, o ambiente do CC deve possuir finalidades e objetivos bem definidos no contexto hospitalar, assegurando um atendimento diferenciado que promova segurança e satisfação ao paciente.